

# Sem aval do Congresso, governo se ancora em Dino para cortar emendas

— Segundo técnicos do Executivo e do Congresso, a gestão Lula tende a adotar o entendimento do ministro do STF e bloquear os recursos para cobrir o crescimento de despesas obrigatórias

DANIEL WETERMAN  
BRASÍLIA

O governo caminha para firmar um entendimento de que agora poderá cortar emendas parlamentares – ou mesmo deixar de pagá-las – para cumprir o arcabouço fiscal, mesmo não tendo recebido aval do Congresso Nacional para isso. A análise é ancorada nas decisões do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), após o Executivo não conseguir aprovar propostas nesse sentido no Legislativo.

Uma parte do entendimento foi firmada pelo governo ao encerrar o ano de 2024 sem liberar todas as emendas parlamentares programadas para o período. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 que o próprio governo havia proposto e que previam a execução obrigatória das emendas, a distribuição igualitária dos recursos entre os parlamentares e blindavam as emendas impositivas (obrigatórias) – aquelas previstas na Constituição – de bloqueios no Orçamento.

A análise vai além e indica que os cortes podem atingir todas as emendas a partir deste ano. Segundo técnicos do governo e do Congresso, a partir de agora o Poder Executivo poderá adotar o entendimento ao bloquear os recursos ou deixar de executá-los para cobrir o crescimento de despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias, e respeitar o arcabouço fiscal, que impõe um limite para o aumento de despesas públicas de 2,5% ao ano acima da inflação. Com isso, o valor das emendas, calculadas em R\$ 50,5 bilhões para 2025, poderá cair em aproximadamente R\$ 5 bilhões, segundo apurou o Estadão.

**ESTUDO.** O Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o governo vetou um dispositivo da LDO de 2025 que livrava as emendas de bloqueio e que contrariava a decisão do STF. A pasta disse, contudo, que a necessidade de se aprovar ou não uma nova lei para firmar o entendimento de forma definitiva ainda está em es-



O presidente Lula cumprimenta o ministro Flávio Dino, no dia de sua posse como integrante do STF

### Para lembrar

Valor de emendas pode ser reduzido em R\$ 5 bi

● **Sanção presidencial**  
No dia 31 de dezembro, Lula sancionou a LDO, que define as regras e autoriza o governo a cumprir despesas obrigatórias, mesmo sem a aprovação do Orçamento

● **Arcabouço Fiscal**  
O ministro Fernando Haddad (Fazenda) defende que todas as despesas, incluindo as emendas, precisam estar dentro do arcabouço

● **Vetos**  
Lula vetou um dispositi-

vo do Poder Executivo. O órgão não comentou os outros atos citados pela reportagem. Procuradores, a Casa Civil e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não responderam.

Na série de decisões que assinou desde agosto do ano passado, o ministro Flávio Dino exigiu que as emendas cumprissem os limites fiscais. Em dezembro, veio uma nova determinação, afirmando que os recursos de interesse dos deputados e senadores não podem crescer mais do que outras despesas do Orçamento, incluín-

do que dizia que a execução das emendas impositivas é obrigatória e que a liberação dos recursos deve ser feita de forma equitativa, sem olhar para o autor e o partido. Também vetou trecho que livrava as emendas impositivas de bloqueio

● **Menos R\$ 5 bi de emendas**  
O governo entende que a decisão do STF permite cortes nos recursos de maior interesse do Congresso. O bloqueio acontece quando os gastos obrigatórios crescem, e o limite de gastos do arcabouço fiscal fica sob risco. Técnicos calculam que possa haver redução de R\$ 5 bilhões nas emendas, em 2025

do a manutenção dos ministérios e os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) – atualmente, as emendas têm um

**Outro lado**  
Casa Civil do governo e presidentes da Câmara e do Senado não responderam à reportagem

crescimento maior e consomem esse espaço.

Não só o nome do parlamentar e o destino têm de estar explícitos, mas também é preci-

so cumprir o limite de gastos do arcabouço. Atualmente, as emendas crescem mais do que outras despesas, levando o governo a incorporar a decisão do STF. Os recursos indicados por deputados e senadores no Orçamento cresceram conforme a arrecadação do governo federal nos últimos anos, acima de outros gastos, e têm um aumento garantido de até 2,5% acima da inflação todos os anos, conforme projeto aprovado recentemente, também acima das demais despesas.

Para se ter uma ideia, de 2024 para 2025, excluindo as despesas obrigatórias – nas quais o governo não tem a opção de gastar ou deixar de gastar, como salários, aposentadorias e pisos da Saúde e Educação –, todas as outras despesas ou estão congeladas e não tiveram nem reajuste pela inflação ou foram reduzidas.

**REGRAS FISCAIS.** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ao longo do ano passado, durante a discussão do pacote de corte de gastos, que era preciso trazer as emendas para dentro das regras fiscais – entendimento também defendido por Dino nas decisões.

Conforme o Estadão revelou, o governo Lula queria ter o poder de mexer no Orçamento, inclusive cortando emendas parlamentares, sem pedir a aprovação do Congres-

so Nacional. Até então, ele só podia fazer isso por conta própria com 30% dos recursos. O que passasse desse limite precisava de aprovação do Legislativo. No caso de emendas, era necessário pedir a autorização do parlamentar que apresentou aquela indicação.

O governo tentou alterar as regras por meio da LDO de 2024, da LDO de 2025, do projeto que limitou o crescimento das emendas nos próximos anos e do pacote de corte de gastos, mas o Congresso rejeitou todas essas investidas.

**ENTENDIMENTO.** Os parlamentares só aprovaram a possibilidade de bloqueio (congelamento de despesas para cumprir o arcabouço fiscal) para as emendas não impositivas, aquelas não previstas na Constituição, como as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, que já podiam ser cortadas, e ainda com limite de contenção de 15%.

O governo Lula aplicou o entendimento do STF em duas ocasiões na última semana e uma terceira está a caminho.

**Suspensão**  
O governo terminou 2024 sem liberar R\$ 2,4 bilhões em emendas de comissão, após decisão de Dino

O Poder Executivo encerrou o ano de 2024 sem liberar (empenhar, no jargão técnico) R\$ 2,4 bilhões em emendas de comissão após Dino suspender os repasses. O dinheiro não poderá ser recuperado pelo Congresso e servirá apenas para o governo fechar o balanço das contas públicas do ano passado.

Antes da decisão de Dino, o governo chegou a liberar R\$ 1,8 bilhão em emendas de comissão, burlando a determinação do Supremo. Nessa fase de empenho, o dinheiro ainda não cai na conta dos Estados e municípios, mas serve como emissão de uma fatura para a execução de projetos e obras e pagamento futuro. Diante dos questionamentos e do novo despacho do ministro, os técnicos orientaram os ministérios a não repassar o recurso. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 6